

PEDRO HENRIQUE DE MELLO RABELO

A MADRASTA GRÃ-BRETANHA: AS RELAÇÕES ANGLO-LUSAS E
ANGLO-BRASILEIRAS NA CRISE DO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS E
NA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO (1796-1850)

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2014

PEDRO HENRIQUE DE MELLO RABELO

A MADRASTA GRÃ-BRETANHA: AS RELAÇÕES ANGLO-LUSAS E
ANGLO-BRASILEIRAS NA CRISE DO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS E
NA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO (1796-1850)

Monografia apresentada ao Curso de História do
Instituto de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Federal de Ouro Preto, como
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel
em História.

Orientadora: Andréa Lisly Gonçalves.

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2014

Dedico este trabalho aos meus pais José Alberto e Celma Helena que sempre estiveram presentes e me incentivaram a continuar meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade que me deu de concretizar o grande sonho de me formar em uma Universidade Federal.

A Universidade Federal de Ouro Preto, por me proporcionar um curso superior de qualidade, no qual pude me graduar em duas habilitações com competência.

Ao Programa de Iniciação à Pesquisa da UFOP, por me permitir o contato com o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Ao corpo docente, à administração e aos funcionários do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP.

Aos professores e professoras Andréa Lisly, Luiz Estevam, Jefferson Queler, Cláudia Chaves, Álvaro Antunes, Fábio Joly e Celso Taveira pelas excelentes aulas e cursos que ministraram.

À professora Andréa Lisly, por sua orientação, seus incentivos e correções durante as minhas pesquisas de iniciação científica e de trabalho de conclusão de curso.

Aos meus muito queridos Wederson Gomes, Paula Miranda e Mailson Françaço, pela amizade verdadeira e pelo companheirismo.

Ao meu irmão Leonardo Rabelo, por sua ajuda de tamanho imensurável.

Ao meu pai José Alberto, por seus conselhos.

E a minha mãe Celma, por seu carinho confortante e preocupação.

Agradeço também a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação.

A madrasta Grã-Bretanha: as relações anglo-lusas e anglo-brasileiras na crise do Antigo Regime português e na formação do Estado Nacional brasileiro (1796-1850)

Pedro Henrique de Mello Rabelo¹

Resumo

Este ensaio aborda questões que relativizam a ideia de que as relações anglo-lusas e anglo-brasileiras foram marcadas por um total desequilíbrio na balança dos interesses político-econômicos a favor da Grã-Bretanha. Evidencia a existência de interesses político-econômicos de portugueses e brasileiros durante o processo de resistência à aceitação das pressões britânicas a favor da abolição do tráfico internacional de escravos. Tenta explicar as diferenças existentes no desenvolvimento das relações anglo-lusas e anglo-brasileiras com a caracterização das conjunturas de crise do Antigo Regime português e de formação do Estado Nacional brasileiro, nas quais tais diferenças estavam inseridas.

Palavras-chave: relações anglo-lusas; relações anglo-brasileiras; Antigo Regime; Estado Nacional.

Abstract

This essay deal with questions that relativize the idea that the Anglo-Luso and Anglo-Brazilian relations were marked by a total imbalance of the political-economic interests for Great-Britain. Evidences the existence of Portuguese and Brazilian political-economic interests during the resistance process to acceptance of the abolition of the international slave trade. Tries explain the differences in the development of the Anglo-Luso and Anglo-Brazilian relations with the characterization of the conjunctures of the Portuguese Ancient Regime crisis and of the Brazilian National State formation, in which such differences were inserted.

Key-words: Anglo-Luso relations; Anglo-Brazilian relations; Ancient Regime; National State.

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), bolsista do Programa de Iniciação à Pesquisa (PIP/UFOP) e graduando do curso de Bacharelado em História pela mesma universidade. Este trabalho faz parte dos requisitos necessários para a conclusão do curso de Bacharelado em História e teve a orientação da Prof^a. Andréa Lisly Gonçalves.

Introdução

A primeira parte do presente ensaio tem por objetivo apresentar as duas principais perspectivas historiográficas sobre as relações anglo-lusas e anglo-brasileiras de fins do século XVIII e da primeira metade do XIX. Em decorrência desse primeiro objetivo, este ensaio visa também destacar uma perspectiva historiográfica estrangeira que estuda o tema baseada no equilíbrio do tratamento de questões pertencentes à esfera política em relação à esfera econômica. Esse destaque serve para auxiliar a compreensão de como esse tipo de abordagem desconstrói e questiona a argumentação da primeira perspectiva da historiografia, majoritariamente composta por autores brasileiros. Mais tradicional, a historiografia brasileira acredita na existência de um total desequilíbrio de forças político-econômicas nas relações dos portugueses e brasileiros com a Grã-Bretanha, tendo esta última o privilégio de ser a detentora do controle das negociações e do monopólio de todas as suas eventuais vantagens.

Na segunda parte do trabalho, tentar-se-á relacionar os argumentos dessa perspectiva historiográfica estrangeira com as ideias de alguns historiadores estudiosos da crise do Antigo Regime em Portugal e da formação do Estado Nacional no Império Brasileiro.

Com este trabalho tem-se o intuito de apresentar uma possível explicação, desvinculada da ideia tradicional da manipulação britânica, para as diferenças existentes entre as relações anglo-lusas e as anglo-brasileiras.

A perspectiva historiográfica brasileira e os tratados anglo-lusos de 1810 e anglo-brasileiros de 1827

As relações desenvolvidas entre a Grã-Bretanha e o Império Luso-Brasileiro e, no período posterior a 1822, entre a Grã-Bretanha e o Império Brasileiro, são temas recorrentes na historiografia do século XX. O desenvolvimento dessa historiografia baseou-se em duas formas de abordagem distintas. A primeira, em sua maioria representada por autores brasileiros, estudou as relações anglo-lusas e anglo-brasileiras por uma perspectiva majoritariamente econômica. Esses autores privilegiaram, por exemplo, estudos de análise dos reflexos econômicos que as alianças com a Grã-Bretanha trouxeram ao Império Luso-Brasileiro e ao Império Brasileiro.

Por seu turno, a segunda perspectiva historiográfica, a qual tem destaque para o desenvolvimento das conclusões deste trabalho, foi representada majoritariamente por autores estrangeiros. Diferentemente da primeira perspectiva, essa historiografia baseou-se não somente em estudos de cunho econômico. Mas também desenvolveu uma argumentação que evidencia o peso dos reflexos políticos das alianças anglo-lusas e anglo-brasileiras. Nesse sentido, é notório nessa perspectiva historiográfica, a abordagem de assuntos muito pouco desenvolvidos pela primeira. Essa abordagem acabou por questionar algumas ideias recorrentes na historiografia brasileira e apresentou um novo caminho possível pelo qual os estudos dessas relações podem seguir.

Antes de desenvolver as argumentações dessas perspectivas historiográficas, uma ressalva importante se faz necessária. As categorias de Império Luso-Brasileiro e a de Império Brasileiro são fundamentais para a compreensão dos objetivos deste ensaio. Segundo Andréa Lisly Gonçalves, a categoria de Império Luso-Brasileiro é central para a conjuntura compreendida entre a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e os dez anos que se seguiram à independência da colônia, isto é, o período em torno do ano de 1832². Isso se deve, segundo a autora, à renovação pela qual a ideia da criação de um grande império português passou com o reformismo ilustrado. Com o ajustamento de um novo

² GONÇALVES, Andréa Lisly. *Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX*. História da Historiografia, Ouro Preto, número 10, 32-53, dezembro de 2012., p. 33. Sobre a importância da categoria de Império Luso-Brasileiro para designar as relações entre Brasil e Portugal no período anterior à ruptura política, ver também: MALERBA, Jurandir. *Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (1980-2002)*. IN: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

tabuleiro internacional decorrente da Revolução Francesa, ideais centrais para as sociedades de Antigo Regime, como é o caso da instituição da monarquia absoluta, sofreram grandes reformulações e ganharam novos sentidos. Esse movimento agiu diretamente sobre a ideia de Império Luso-Brasileiro e, em certa medida, sobre o gradual desenvolvimento da formação de uma categoria à parte: a de Império Brasileiro.

Além dessa transformação gradual dos sentidos dessas categorias, houve uma grande mudança política no Império Luso-Brasileiro, em parte, devido às ideias do reformismo ilustrado³. A independência de sua colônia americana em 1822, fundou na América uma monarquia constitucional chefiada por D. Pedro I, que com o título de imperador do Brasil criou um corpo político autônomo⁴ em relação ao Império Luso-Brasileiro. Essas duas categorias, portanto, precisam ser compreendidas, no período estudado por este ensaio, como categorias que ora se aproximam ora se distanciam. Isso é fundamental para o entendimento das relações que ambas as Coroas desenvolveram com a Grã-Bretanha, especialmente nos anos que se seguiram à transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808.

Retomando a apresentação das perspectivas historiográficas sobre as relações com a Grã-Bretanha, é perceptível, como já foi dito, na historiografia brasileira do século XX, a forte presença de uma abordagem econômica. A principal referência dessa historiografia é a obra do historiador José Jobson de Andrade Arruda, que em seus trabalhos faz inúmeras referências às obras de outros importantes ícones da historiografia econômica brasileira como Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais, além dos nomes de Caio de Freitas e de Gilberto Freyre⁵.

³ Muitos trabalhos tem sido desenvolvidos acerca da forma como se deu a relação do iluminismo e de suas ideias com os processos de autonomização política na América nos séculos XVIII e XIX, tendo sido evidenciado que essas ideias não foram as únicas presentes na literatura e no discurso dos setores sociais favoráveis aos processos de independência americanos. Por isso não é correto afirmar que o reformismo ilustrado teve como uma de suas consequências a transformação política do Império Luso-Brasileiro. Sendo mais coerente, portanto, afirmar que apenas parte dessa transformação esteve relacionada diretamente ao reformismo ilustrado. Sobre o assunto, ver: BAILY, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003.

⁴ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Unesp, 1999.

⁵ Sobre as obras de Caio Prado Júnior, Fernando Novais, Celso Furtado, entre outros, ver: COSTA, Wilma Peres. *A independência na historiografia brasileira*. IN: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

O autor tem um extenso trabalho sobre o comércio colonial português dos anos finais do século XVIII e início do século XIX⁶, a partir do qual desenvolveu seus argumentos sobre as relações econômicas do Império Luso-Brasileiro com a Grã-Bretanha. Esses argumentos deram origem a outro livro do autor, também fortemente marcado pela metodologia da história econômica. “Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos (1800-1808)”⁷, apresenta diversos argumentos que corroboram para a ideia desenvolvida por Arruda de que houve uma continuidade na relação de dependência existente nas relações anglo-lusas nas relações anglo-brasileiras após a abertura dos portos pelo príncipe regente D. João VI em 1808.

Talvez essa preeminência dos trabalhos sobre história econômica na historiografia brasileira sobre o tema pode estar relacionada ao fato de que os governos de Lisboa, do Rio de Janeiro e de Londres empreenderam uma forte rede de comunicações baseadas em acordos comerciais ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Um desses primeiros acordos apontados pela historiografia é o tratado de Methuen de 1703, que apesar de não ser objeto de estudo deste ensaio, é indicativo de algumas ponderações historiográficas importantes⁸. Além dele, os tratados de aliança, amizade, comércio e navegação de 1810 e de 1827 e as convenções de 1807 e de 1817 também foram objetos de pesquisa dessa historiografia.

Apesar dessa primeira perspectiva historiográfica priorizar a esfera econômica em detrimento da política nas relações com a Grã-Bretanha, alguns historiadores, e é significativo frisar que eles são estrangeiros⁹, desenvolveram argumentos que evidenciam que tais relações

⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

⁷ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru: Edusc, 2008.

⁸ Sobre o Tratado de Methuen de 1703, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *O Tratado de Methuen: Domínio inglês em Portugal*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, nº 2, 1957.

⁹ As “comparações incômodas” apresentadas pelo Prof. Leandro Karnal em seu livro sobre a história dos Estados Unidos auxiliam a compreender por que é significativo frisar que esses autores são estrangeiros. Partindo daquela já superada dualidade povoamento/exploração usada para caracterizar uma tipologia de colônias, Karnal explica que esses discursos só funcionaram no Brasil. Em seus estudos, o autor mostra que em nenhum outro país latino-americano há, por exemplo, a explicação de que a América Latina é subdesenvolvida por ter sido explorada durante a sua colonização. Tampouco, por contraponto, que os Estados Unidos são desenvolvidos por terem sido povoados pelos ingleses. Segundo Karnal, esses discursos polares tiveram, e ainda tem, grande aceitação entre os brasileiros. As ideias do autor serviram como grandes chaves para a compreensão das diferentes perspectivas historiográficas apresentadas neste ensaio. Sobre as ideias de Leandro Karnal, ver: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

foram marcadas por uma forte aproximação política entre os governos de Lisboa e do Rio de Janeiro ao do Londres. A principal referência para a apresentação dessa segunda perspectiva é o livro do historiador norte-americano Alan K. Manchester, “Preeminência inglesa no Brasil”¹⁰.

É nesse debate de perspectivas historiográficas que os tratados comerciais se enquadram, como é o caso dos de Methuen de 1703, assinado em um momento de crise da lã inglesa e do açúcar colonial português. Por esse tratado se garantia o mercado de vinhos na Inglaterra para os negociantes portugueses e, em contrapartida, o mercado de lãs inglesas no Império Luso-Brasileiro, principalmente no Brasil, onde o produto tinha um mercado consumidor de tecidos bastante aquecido. Por um lado, a primeira perspectiva historiográfica aponta argumentos que evidenciam os efeitos negativos que o tratado trazia para a balança comercial portuguesa. Por outro, Manchester explica que foi por causa da assinatura desse tratado que os britânicos evitaram uma aproximação comercial com os franceses no ano de 1713¹¹.

Segundo o autor, os negociantes britânicos receavam que uma aproximação comercial com a França prejudicasse suas próprias vendas no mercado interno, já que os produtos franceses eram competitivos. Além disso, o vinho francês, que tinha um bom mercado consumidor entre os ingleses, estaria entre os produtos que receberiam direitos de importação de nação mais favorecida, o que tornaria o vinho francês mais atraente que o português e, conseqüentemente, contrariaria os artigos do Tratado de Methuen. Assim, houve uma grande mobilização dos negociantes junto ao parlamento inglês para impedir que o governo de Londres firmasse um acordo comercial com Paris. Esse comportamento, de inegável cunho político, pode ser considerado como sendo um impacto político importante das relações anglo-lusas para a Grã-Bretanha. Em outras palavras, já é possível identificar no início do século XVIII, um impacto importante na política externa britânica decorrente da aliança com os portugueses.

Além disso, essa argumentação do autor norte-americano é contrária a uma outra questão defendida pelos autores da primeira perspectiva. Todos os historiadores apresentados no início deste ensaio, em especial José Jobson de Andrade Arruda, (e pode-se acrescentar o

¹⁰ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹¹ Idem. p. 44.

nome de Boris Fausto)¹² acreditam que as relações anglo-lusas e anglo-brasileiras foram marcadas por um total desequilíbrio de forças político-econômicas, no qual a Grã-Bretanha era a detentora do controle e das vantagens providas dessas alianças e que, portanto, sofreu pouco ou nenhum impacto interno. Para melhor elucidar esse raciocínio, cabe a abordagem de alguns aspectos da história das relações com a Grã-Bretanha de inícios do século XIX.

O recorte temporal deste ensaio possui entre suas referências a volta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Lisboa no ano de 1796. Exilado virtualmente¹³, D. Rodrigo representava Portugal na corte de Turim durante o governo de D. Maria I e retornou a sua corte de origem para ocupar o cargo de ministro do ultramar e da marinha de D. João VI. Filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (governador da Angola durante o reinado de D. José I), D. Rodrigo era afilhado de batismo de um dos principais nomes do reformismo ilustrado português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, por quem foi educado e orientado. Alguns anos depois, D. Rodrigo se torna um dos principais conselheiros de D. João obtendo uma importância significativa durante a transferência da corte para o Rio de Janeiro.

Apesar da existência de uma discussão na historiografia sobre a posição de Pombal em relação à aliança com os britânicos e sobre sua política de incentivo à produção em Portugal¹⁴, seu afilhado pertencia à facção política portuguesa favorável à aproximação com a Grã-Bretanha. Essa posição anglófila de D. Rodrigo é de extrema importância para os estudos que se dedicam às relações anglo-lusas durante o período joanino, pois, durante o seu governo como ministro de D. João, importantes figuras da diplomacia portuguesa, como é o caso de D.

¹² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 77.

¹³ Antônio Paim acredita que a representação diplomática de D. Rodrigo em Turim significou um “exílio virtual”. Para o autor, D. Rodrigo foi afastado do governo português por sua forte aproximação aos ideais da política pombalina e diminuiria a influência da Igreja Católica no governo. Sendo enviado para Turim, o ministro não teria influência no governo e D. Maria I teria melhores condições para concretizar seus objetivos de restaurar a posição da Igreja no governo. Sobre o assunto, ver: PAIM, Antônio. *A Corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho*. Estudos Filosóficos, DFIME – UFSJ – São João Del-Rei-MG, número 3, 266-269, 2009.

¹⁴ Essa discussão historiográfica diz respeito a relação que autores como Fernando Novais, Francisco Falcon e Jorge Borges de Macedo fazem entre a industrialização desenvolvida por Pombal e a crise comercial da segunda metade do século XVIII. Novais e Falcon acreditam que o desenvolvimento dessa política pombalina se relaciona mais com a aproximação a uma tendência mundial da economia do que a uma intenção de recuperar os déficits advindos da queda da produção aurífera no Brasil. Por consequência, essa discussão esbarra na questão do alinhamento de Pombal com os britânicos. Macedo acredita que a política de Pombal tinha o intuito de diminuir as relações comerciais com a Grã-Bretanha, já Novais e Falcon reforçam a ideia de que essa política era reflexo da tendência econômica mundial do século XVIII de incentivo ao setor manufatureiro. Ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. Cap. 2. Ver também: FALCON, Francisco José Calazans. *O Império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a época pombalina e a sombra do Tratado de Methuen*. Nova Economia, Belo Horizonte, 15 (2), 11-34, maio-agosto de 2005.

Domingos de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo, intensificaram as relações anglo-lusas. Nesse período, a aliança entre as duas Coroas ocorria em uma conjuntura de ameaças políticas e econômicas decorrentes das agitações políticas do período posterior à Revolução Francesa.

Identifica-se na primeira perspectiva historiográfica a concordância de que as pressões francesas forçaram os ministérios do exterior de Portugal e da Grã-Bretanha a encontrar uma saída que minimizasse os efeitos do bloqueio continental para o comércio inglês e os da invasão iminente das tropas de Junot para a Coroa portuguesa. Valendo lembrar que alguns autores, como Arruda, ressaltam que a transferência da corte para o Rio de Janeiro não era imprescindível para a manutenção da monarquia portuguesa¹⁵. O que mostra que, para esses estudiosos, a transferência da corte teve maior relação com a tentativa de se minimizar os efeitos do bloqueio continental, com a abertura do mercado brasileiro para os produtos britânicos, do que salvar a Coroa portuguesa. E é justamente nesse ponto que a convenção secreta de Londres de 1807 surge na historiografia. Como verificar-se-á, a abordagem dessa convenção auxilia à compreensão de como essa perspectiva historiográfica desenvolve a argumentação sobre como a Grã-Bretanha se tornou detentora do controle e das vantagens da aliança com o Império Luso-Brasileiro.

Prejudicados com o bloqueio continental, que impedia a entrada dos produtos britânicos na Europa, Arruda afirma que os britânicos procuraram garantir um mercado consumidor alternativo na América portuguesa e impuseram aos portugueses uma transferência forçada da corte para o Rio de Janeiro durante a convenção secreta de 1807¹⁶. Essa argumentação é facilmente encontrada nas obras de Caio de Freitas “George Canning e o Brasil, influência da diplomacia inglesa na formação brasileira”¹⁷, publicada em 1958 e disponível virtualmente na coleção Brasileira da Universidade de São Paulo (USP), e na de Gilberto Freyre, “Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil”¹⁸,

¹⁵ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru: Edusc, 2008. p. 38.

¹⁶ Idem. cap. 1.

¹⁷ FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil, influência da diplomacia inglesa na formação brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/george-canning-e-o-brasil-1-v/preambulo/5/texto>. Acesso em: 04/06/2014.

¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1948.

publicada em 1948, ambas referências do autor. Compartilhando dessa mesma argumentação, os trabalhos de Boris Fausto também possuem essa base teórica¹⁹.

A convenção secreta de 1807 foi, para Arruda, uma solução antecipada do Foreign Office britânico em face a então conjuntura política internacional da época. A França havia ocupado militarmente grande parte da Europa ocidental e impedia o comércio de produtos britânicos em seus domínios. Os únicos portos por meio dos quais os produtos britânicos poderiam ser importados pelo continente eram justamente os pertencentes a Portugal e à Dinamarca, que adotaram uma política externa de neutralidade. No entanto, houve grande pressão por parte dos governos da França e da Grã-Bretanha para que os portugueses e dinamarqueses tomassem um posicionamento político. Arruda explica que no caso dinamarquês, os portos foram atacados militarmente pela esquadra britânica²⁰. Mas a solução encontrada pelo Foreign Office para solucionar o impasse com os portugueses foi a imposição da convenção a sua Corte com o exemplo do ataque aos dinamarqueses como forma de coerção²¹.

Pelos artigos da convenção, ratificados pelo embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho e pelo representante britânico, George Canning, o príncipe regente português, ao se ver obrigado a passar ao Brasil, contava com a ajuda de Sua Majestade Britânica na empresa de proteger o embarque da Família Real e de escoltar a mesma Família Real à América. Em contrapartida, o governo português, quando estivesse estabelecido no Brasil, deveria proceder à negociação de um tratado de auxílio e de comércio com a Grã-Bretanha²².

¹⁹ FAUSTO, Boris., op. cit.

²⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 20.

²¹Essa argumentação de Arruda favorável à imposição dos interesses econômicos britânicos à Coroa portuguesa que teve como resultado a transferência da corte para o Rio de Janeiro é uma das maiores contradições da obra desse autor. Isso por que Arruda tem um imenso trabalho sobre os planos que a Coroa portuguesa tinha para transferir a corte para o Brasil desde 1790, quando censos e pesquisas empreendidas pelo governo português apontavam que a colônia americana representava a maior parcela percentual nas importações e nas exportações de todo o Império Luso-Brasileiro. Sobre a obra de Arruda que estuda o Brasil no comércio colonial português, ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. Sobre os planos do governo português de transferir a Corte para o Brasil, ver: ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império; questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993. Ver também: NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

²² ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 144.

A perspectiva historiográfica que privilegia as análises econômicas influenciou fortemente a historiografia brasileira e trata a convenção como sendo uma imposição inglesa obedecida pelos portugueses e que tinha por objetivo atender aos interesses econômicos dos mercados britânicos. Isso acaba transferindo ao governo da Grã-Bretanha todo o controle sobre a esfera político-econômica das relações anglo-lusas e ofusca os possíveis interesses políticos dos representantes do Império Luso-Brasileiro. Em outras palavras, essa abordagem, que também ocorre na análise dos tratados de 1810, diminui ou anula a importância de alguns artigos da convenção, e também dos tratados que se seguem nos anos de 1810 e 1827, que contemplam interesses políticos das partes do Império Luso-Brasileiro e do Império Brasileiro.

Essa argumentação apresenta-se de maneira tão forte na historiografia que Arruda chega a afirmar na introdução de um de seus livros que o *locus* do poder decisório do Império português se aloja no Foreign Office britânico:

“A abertura dos portos brasileiros, decretada pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, bem como os eventos anteriores e posteriores que a envolvem; a dramática transferência da Corte portuguesa, em 1807, e os Tratados Comerciais, de 1810, são partes inarredáveis de um mesmo processo em que a Metrópole portuguesa e a Colônia brasileira são figurantes rendidos, em que o locus de poder decisório, das determinações históricas essenciais situa-se fora da Colônia e para além dos limites do próprio Império português, pois se aloja no Foreign Office, no coração político do Império Britânico”. (ARRUDA, 2008).²³

Essa historiografia mantém o mesmo posicionamento quando se trata das relações anglo-brasileiras, empreendidas no período posterior à emancipação política do Reino Unido do Brasil em 1822. Para os autores pertencentes a essa historiografia, o Império Brasileiro foi igualmente prejudicado política e economicamente pela aproximação com os britânicos, como se houvesse uma continuidade²⁴ na manutenção de uma balança de vantagens sempre voltada a favor da Grã-Bretanha, detentora de todo o poder decisório nas relações empreendidas tanto com o Império Luso-Brasileiro quanto com o Império Brasileiro²⁵.

²³ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 13.

²⁴ Wilma Peres Costa aponta os nomes de Caio Prado Júnior (com ressalvas feitas pela autora), Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Lima e Francisco Adolfo Varnhagen como exemplos de autores que trabalharam com a perspectiva da continuidade (COSTA, 2005).

²⁵ Harber e Klein acreditam que essa historiografia é marcadamente neomarxista e foi influenciada pela teoria da dependência. Segundo os autores, essa historiografia considera que a independência foi uma mera troca da dependência de uma metrópole decadente (como Portugal) por uma metrópole capitalista poderosa (como a Grã-Bretanha no século XIX ou os Estados Unidos no XX). Sobre as insuficiências do poder explicativo da teoria

A argumentação de José Jobson de Andrade Arruda foi destacada pelo fato desse autor representar uma parcela de historiadores que, atualmente, desenvolvem trabalhos com essa perspectiva. Contudo, como já foi dito, essa forma de abordagem historiográfica não é recente.

É compreensível que nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX as esferas política e econômica, principalmente no que se refere às relações internacionais, tinham seus limites muito pouco delineados. Isso pode ser uma explicação para a preeminência dessa perspectiva de análise econômica na historiografia sobre o tema. O possível de ser afirmado é que alguns autores tiveram maior ou menor aproximação com esse tipo de abordagem.

A obra do diplomata brasileiro Manuel de Oliveira Lima, em especial, o livro “D. João VI no Brasil”²⁶ foi referencial para toda a historiografia que se dedicou ao tema das relações internacionais brasileiras. A biografia sobre o príncipe regente, que abarca grande parte do período analisado por este ensaio, foi o que permitiu a compreensão de muitas questões sobre a abordagem adotada pela historiografia brasileira ao longo do século XX. Oliveira Lima construiu parte significativa de sua argumentação da biografia de D. João sobre situações em que o príncipe regente mostrou-se ativo nas decisões políticas do governo.

A abordagem da figura de D. João VI é outra importante chave para a compreensão da história da historiografia das relações de Portugal e Brasil com a Grã-Bretanha. Alguns autores, como Manchester, descrevem o rei como um governador indeciso e que era facilmente manipulado por seus ministros²⁷. Outros, como é o caso de Oliveira Lima, já o apresentam como um rei astuto e que essa aparência dúbia de suas decisões era parte de uma estratégia de D. João para saber com quem e com o que estava lidando. Essas diferentes formas de lidar com a figura do rei podem ser relacionadas às formas com as quais os autores acreditam que a atuação da política externa do governo do Império Luso-Brasileiro com a Grã-Bretanha se desenvolveu.

No caso do Império Brasileiro, algo semelhante ocorre com a figura de D. Pedro I, que também possui diferentes descrições de acordo com a perspectiva historiográfica. Contudo,

da dependência, ver: HABER, Stephen H; KLEIN, Herbert S. Trad. Cláudio Marcondes. *As consequências econômicas da independência brasileira*. CEBRAP, Novos Estudos, número 33, 236-248, julho de 1992.

²⁶ LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

²⁷ MANCHESTER, Alan K., op. cit., p. 61.

vale frisar que para o caso do Império Brasileiro, diferentemente da figura de D. João VI, a figura de D. Pedro I não é tão fortemente associada à atuação da política externa do governo do Rio de Janeiro. Nesse caso, no pensamento de Manchester, por exemplo, é a figura do “Partido Constitucionalista”²⁸, (que para o autor representa os reais interesses políticos dos brasileiros após a abdicação de D. Pedro em 1831)²⁹, que é melhor aproximada à atuação da política externa do governo brasileiro.

Como já dito no início deste ensaio, os tratados comerciais foram importantes objetos de análise para os historiadores que se detiveram nos estudos das relações com a Grã-Bretanha. O tratado de 1810, por exemplo, foi utilizado por Oliveira Lima, que dedicou um dos capítulos de sua biografia sobre o príncipe regente a esse acordo³⁰.

No ano de 1810 foram ratificados dois tratados entre os representantes da Coroa portuguesa, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e da Coroa britânica, o lord de Strangford. O primeiro deles era um tratado de Amizade e Aliança e o segundo, ratificado alguns meses após o primeiro, era um tratado de Comércio e Navegação³¹. Alguns dos artigos desses tratados retomam os da convenção de 1807, assim como já havia sido combinado pelas duas partes contratantes na ocasião da convenção³². Dois desses artigos merecem destaque: o artigo segundo e o artigo quinto.

Pelo artigo segundo, no caso da Coroa portuguesa ver-se obrigada a mudar o assento da monarquia para o Brasil, Sua Majestade Britânica prometia em seu próprio nome e em de seus herdeiros a jamais reconhecer como Rei de Portugal qualquer príncipe ou pessoa que não fosse o herdeiro legítimo representante da Real casa de Bragança. Já pelo artigo quinto, acordava-se que deveria haver uma livre, inteira e recíproca liberdade de comércio e de

²⁸ Alan Manchester utiliza largamente o termo *Partido* em seu livro. Contudo é necessário apresentar a ressalva de Débora Carvalho em relação à utilização do termo para a política do início do século XIX. A autora explica que o termo não deve ser aplicado ao período, pois carrega um sentido de organicidade que ainda não se tinha na época. Para a autora, termos que conferem sentidos de parcialidade, como o de *Facção*, por exemplo, são mais adequados para se caracterizar os ajustamentos políticos do período. Sobre o assunto ver: CARVALHO, Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de. *D. Domingos de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2012., p. 57.

²⁹ MANCHESTER, Alan K., op. cit., p. 223.

³⁰ LIMA, Oliveira., op. cit. Cap. 9.

³¹ Ratificação por Jorge III, Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, do tratado de Amizade e Aliança com o Príncipe Regente de Portugal. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4336032>. Acesso em: 04/06/2014.

³² ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 145.

navegação entre os respectivos vassallos das duas Altas Partes Contratantes em todos os domínios e territórios de ambas. Esses dois artigos, talvez, foram os pilares dos argumentos de toda a historiografia das relações anglo-lusas e anglo-brasileiras. É a partir deles que a historiografia delineou de maneiras distintas os interesses políticos e econômicos do Império Luso-Brasileiro e da Grã-Bretanha na conjuntura das primeiras décadas do século XIX. Isso por que eles serviram de base para a formulação de todos os demais artigos dos tratados de 1810 e para o da maioria dos tratados de 1827.

Não são os artigos em si que permitem a compreensão do modo como a historiografia abordou esses temas, mas as ideias que neles estão contidas. Isso significa dizer que a historiografia não orientou os estudos destes tratados apenas por meio de seus aspectos jurídicos. Mas sim por meio da análise dos dispositivos que orientariam as relações político-econômicas empreendidas pelas partes contratantes.

Retomando o artigo segundo, é possível afirmar que se trata de um acordo de forte caráter político e, é possível ainda afirmar, que se trata de um acordo que representa um forte interesse político da Coroa portuguesa. É necessário lembrar que em um tratado bilateral como esse, as duas partes contratantes precisam garantir a execução de todos os artigos sob a ameaça de possíveis represálias da parte que se sentir prejudicada. É bastante ilustrativo para essa ideia, o exemplo dado por Alan Manchester, já apresentado neste ensaio, em que os britânicos, para evitar ferir o Tratado de Methuen, negaram uma aproximação comercial com a França. Em outras palavras, pode-se afirmar que caso a Grã-Bretanha não honrasse o acordo de jamais reconhecer como Rei de Portugal nenhum príncipe ou pessoa que não fosse legítimo herdeiro dos Bragança, o Império Luso-Brasileiro tinha o direito de empreender qualquer tipo de represália, como impedir o comércio de produtos ingleses no Brasil, por exemplo. Esse raciocínio trás à tona dois pontos importantes: o primeiro é o que evidencia a existência de interesses políticos portugueses no Tratado de 1810, ou seja, o tratado não foi apenas uma imposição britânica com fins comerciais à Coroa portuguesa. E o segundo, decorrente do primeiro, é o que evidencia que não há um total desequilíbrio de forças políticas na balança das relações anglo-lusas. Isso por que os tratados de 1810 também apresentaram acordos que privilegiavam interesses políticos da Coroa portuguesa e, em certa medida, até impunham à Grã-Bretanha a incumbência da garantia de sua execução. Apesar disso, as ideias do artigo segundo não são preeminentes na historiografia brasileira sobre o tema, sendo as do

artigo quinto as privilegiadas. Isso faz parte da compreensão da preeminência dos estudos de história econômica na historiografia das relações anglo-lusas.

Retomando o capítulo sobre os tratados de 1810 de Oliveira Lima, é perceptível duras críticas à execução do princípio de reciprocidade de comércio³³. O autor utiliza diversos argumentos de Hipólito José da Costa, editor do jornal de Londres *Correio Braziliense*, que criticavam fortemente o tratado de 1810 apontando os inúmeros prejuízos à economia, especialmente, no que se refere às exportações. Os historiadores que mantiveram essa perspectiva de abordagem dos tratados, como é o caso de José Arruda, evidenciam por meio de seus trabalhos as baixas exportações da colônia portuguesa para a Grã-Bretanha e exaltam, por contraponto, o aumento significativo das importações de produtos britânicos pela colônia portuguesa. Arruda afirma que o único produto de destaque importado pela Grã-Bretanha era o algodão proveniente do nordeste do Brasil, que conferia à região significativos superávits na balança comercial. Por outro lado, o autor aponta que o Rio de Janeiro importava uma quantidade tão grande de tecidos britânicos, que a balança voltava a ser desfavorável à colônia portuguesa³⁴.

Em suma, pode-se dizer que os autores da historiografia brasileira não deixaram de lado a abordagem de aspectos das relações anglo-lusas e anglo-brasileiras, mesmo que elas fossem utilizadas apenas como parte do desenvolvimento de argumentações e ideias de temas diversos como as presentes no trabalho de Caio Prado Júnior³⁵ ou a da crise do Antigo Sistema Colonial de Fernando Novais³⁶. O ponto em comum nesses autores é que todos eles apontam para a existência de uma balança de forças políticas e econômicas desigual nessas relações na qual a Grã-Bretanha se posicionava em um lugar privilegiado em relação ao Império Luso-Brasileiro.

O outro ponto comum da argumentação de todos esses autores é que eles acreditam que esse desequilíbrio continuou após a emancipação política do Reino Unido do Brasil em 1822, frisando que a Grã-Bretanha se manteve em uma posição de privilégio nas relações que empreendeu com o Império Brasileiro. Celso Furtado, por exemplo, que acredita no caráter

³³ O princípio de reciprocidade de comércio estipulado nos tratados entre as Coroas Britânica e Portuguesa foi duramente criticado na época, pois a Grã-Bretanha apresentou diversas barreiras à entrada de produtos brasileiros no mercado britânico, especialmente os similares aos produzidos nas colônias britânicas.

³⁴ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. Cap. 4.

³⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

³⁶ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

dependente da economia colonial, em seu livro “Formação econômica do Brasil”, editado pela primeira vez em 1959 e reeditado diversas vezes ao longo das décadas seguintes, propôs que a manutenção da Grã-Bretanha em uma posição privilegiada nas relações anglo-brasileiras se deve ao tratado de 1827, que continha, em sua essência, a continuidade dos tratados de 1810³⁷.

Essa continuidade da essência dos tratados de 1810 e da dos de 1827 é, em geral, uma das únicas ideias que se configuram como ponto comum tanto na historiografia brasileira quanto na estrangeira. A forma com que essa continuidade da posição privilegiada dos britânicos é assegurada por meio dos dois tratados e a maneira com a qual essa posição é recebida no Império Luso-Brasileiro e no Império Brasileiro é o que distingue as duas historiografias. Contudo, é geral a concordância de que os dois tratados tiveram laços fortes entre si que permitiram à Grã-Bretanha, com menor ou maior eficiência, manter sua posição privilegiada na balança político-econômica.

A perspectiva historiográfica estrangeira e a campanha britânica pela abolição do tráfico internacional de escravos

A descrição realizada até agora resume o posicionamento da historiografia brasileira no que se refere às relações do Império Luso-Brasileiro e do Império Brasileiro com a Grã-Bretanha. Por outro lado, já foi apresentado que alguns historiadores estrangeiros, apesar de não negarem completamente a existência de um desequilíbrio político-econômico nessas relações, abordam alguns temas que acabam relativizando esse posicionamento mais rígido tomado pela historiografia brasileira³⁸.

O primeiro desses temas não diverge muito do que foi tratado até agora e se refere aos acordos firmados nos tratados de 1810 e, posteriormente nos tratados de 1827. O segundo,

³⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. Cap. 4.

³⁸ Alguns autores tem apontado que o número de estudos sobre a história do Brasil por autores estrangeiros tem diminuído desde o fim da década de 1980, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Sobre a diminuição do número de estudos sobre história do Brasil no exterior, ver: KRAAY, Hendrick. *A visão estrangeira: a Independência do Brasil (1780-1850) na historiografia europeia e norte-americana*. IN: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec : Fapesp, 2005.

que se pode considerar como o contra-argumento principal desses historiadores, é o que se refere à campanha britânica a favor da abolição do tráfico internacional de escravos.

Se por um lado a historiografia brasileira apresentada até agora privilegiou trabalhos sobre as críticas ao prejuízo econômico que a aliança com os britânicos trazia aos portugueses e brasileiros com o fim de moldar um cenário no qual a Grã-Bretanha manipulava efetivamente todas as relações dessa aliança. Por outro, a historiografia estrangeira apresenta alguns processos políticos e econômicos desenvolvidos pelos portugueses e, em especial pelos brasileiros, que representaram fortes impedimentos à concretização dos interesses britânicos.

Para se compreender como a argumentação dos autores adeptos dessa segunda perspectiva se desenvolveu, um tema é de suma importância: a campanha abolicionista britânica. A principal referência utilizada neste ensaio para a apresentação dessa perspectiva, como já dito, é o livro de Manchester “Preeminência inglesa no Brasil”.

O governo britânico empreendeu uma forte campanha pela abolição do tráfico de escravos em fins do século XVIII e durante grande parte do século XIX. Essa campanha se verificou fortemente sobre o Império Luso-Brasileiro e o Império Brasileiro. Mas também esteve presente nas relações do governo britânico com a Espanha, com a França, com os Estados Unidos, com a Holanda e com a Suécia³⁹.

Essa campanha era desenvolvida, principalmente, por meio de negociações diplomáticas. Durante o Congresso de Viena de 1815, por exemplo, os representantes britânicos levaram à pauta da reunião o tema da abolição, não obtendo muito sucesso. Já nos anos que se seguiram ao Congresso, o Foreign Office desenvolveu negociações bilaterais, o que conferiu algum sucesso a sua campanha. Essas negociações garantiram, por exemplo, acordos de cláusulas que deliberavam sobre como a presença de alguns equipamentos provavam o engajamento de embarcações com o tráfico de escravos. Um dos autores brasileiros que aborda a questão da campanha britânica pela abolição do tráfico escravo é Oliveira Lima, que dedica um capítulo inteiro de seu “D. João VI no Brasil”⁴⁰ ao tema. Esse capítulo teve grande importância para os questionamentos que levaram ao desenvolvimento das pesquisas para a escrita deste trabalho.

³⁹ MANCHESTER, Alan K., p. 197.

⁴⁰ LIMA, Oliveira., op. cit., cap 10.

Segundo Lima, a campanha abolicionista da Grã-Bretanha junto ao governo de Lisboa teve forte impacto durante o Congresso de Viena⁴¹. Não satisfeito com as poucas providências do governo português para a efetivação da abolição do tráfico em suas colônias, o Foreign Office tentou levar o tema ao Congresso com o fim de pressionar os portugueses a acelerar as negociações diante de toda a comunidade europeia. No entanto, a resposta do governo português apresentada por Oliveira Lima é o que se deve sublinhar. O autor relata que os representantes do governo português responderam que preferiam tratar do assunto diretamente com o governo britânico. Deve-se lembrar que esses representantes eram todos ministros plenipotenciários, isto é, pertenciam a uma das categorias diplomáticas mais importantes da Coroa portuguesa, sendo recrutados, em sua maioria, entre os membros da primeira nobreza e tendo grande prestígio social em sua corte, o que os conferia um poder político de representação bastante privilegiado⁴².

Os questionamentos que emergiram dessa resposta foram: por qual motivo os portugueses preferiram tratar do tema da abolição do tráfico internacional de escravos diretamente com a Grã-Bretanha? Será que esta estratégia diplomática tem relação com a existência de interesses políticos? Se sim, será que o Império Brasileiro também desenvolveu estratégias com fundamento em interesses políticos?

Em 1787 a rainha de Portugal D. Maria I e a imperatriz da Rússia Catarina II também ratificaram um tratado de Amizade, Navegação e Comércio, bastante similar aos ratificados com a Grã-Bretanha em 1810⁴³. Contudo, há uma diferença simultaneamente pequena e fundamental entre os dois tratados. O tratado de 1787, disponível na biblioteca digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi totalmente redigido em francês, língua diplomática da época, ao passo que o tratado de 1810 foi escrito em duas línguas: português e inglês. Apesar de não se poder construir afirmações sobre o motivo dessas diferenças devido a pouca produção historiográfica sobre esse assunto, é possível pensar que para a conjuntura diplomática da época um documento redigido em francês possuía um caráter mais universal do que um documento bilíngue, especialmente se for comparado a um documento redigido em

⁴¹ LIMA, Oliveira., op. cit., cap. 12.

⁴² MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. *La diplomacia portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias*. Cuadernos de Historia Moderna, Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa, número 30, 7-40, 2005.

⁴³ Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, em quarenta e um artigos, entre D. Maria I, rainha de Portugal e Catarina II, imperatriz da Rússia. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4637458>. Acesso em: 08/06/2014.

português e inglês, que se pode considerar como sendo línguas secundárias para a diplomacia dos últimos anos do século XVIII e inícios do XIX.

Relacionando essa diferença com a resposta dada pelos ministros plenipotenciários portugueses no Congresso de Viena, pode-se pensar que a diplomacia portuguesa privilegiava as negociações bilaterais com a Grã-Bretanha em detrimento de acordos internacionais. Quando se aproxima esses processos à argumentação da perspectiva historiográfica que evidencia a existência de interesses políticos portugueses nas relações com os britânicos eles se tornam mais claros. Apesar de não ser possível para este trabalho afirmar a existência de uma relação dessas estratégias diplomáticas com a existência de interesses políticos portugueses nas relações anglo-lusas, esse raciocínio tem uma coerência aceitável.

As negociações anglo-lusas sobre o tema da abolição culminaram na assinatura de uma outra convenção entre as duas Coroas em 1817, cujos artigos obrigavam os dois governos a não permitir que seus vassalos se envolvessem com o tráfico internacional de escravos nas regiões onde a prática era considerada proibida. Essa convenção foi adicional ao tratado celebrado entre os dois governos em janeiro de 1815 que pôs fim ao tráfico de escravos nas possessões portuguesas no hemisfério norte⁴⁴.

Alan Manchester escreveu sobre a convenção anglo-lusa de 1817 e também sobre o tratado anglo-brasileiro de 1827. Como já dito, um ponto comum existente entre as duas perspectivas historiográficas apresentadas neste trabalho é a presença de uma argumentação que confere uma certa continuidade entre os tratados de 1810 e de 1827. Para Manchester, essa continuidade ocorreu em grande parte devido à convenção de 1817⁴⁵. Apesar da obra do autor britânico ser apresentada neste trabalho como sendo pertencente à segunda perspectiva historiográfica, uma ressalva deve ser feita. Essa ressalva se refere ao fato de que apesar de Manchester relativizar bastante as ideias da primeira perspectiva quando se trata das relações anglo-brasileiras⁴⁶. Por outro lado, o autor tem uma visão bastante favorável à efetivação das pressões britânicas quando se refere as suas relações com a Coroa portuguesa, que teria sido

⁴⁴ Artigos adicionais à Convenção adicional ao tratado entre D. João, príncipe regente de Portugal e o Rei Jorge III, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4615338>. Acesso em: 08/06/2014.

⁴⁵ MANCHESTER, Alan K., op. cit., cap. 8.

⁴⁶ Essa postura de Alan Manchester pode estar relacionada aos fortes interesses dos americanos em se aproximar do Brasil no período posterior à crise de 1929. O livro de Manchester foi editado pela primeira vez em 1933 e termina com a sugestão de que os Estados Unidos suplantaram a importância da Grã-Bretanha no comércio exterior brasileiro durante a segunda metade do século XIX.

facilmente manipulada pelos britânicos. Quando o autor descreve a situação de Portugal nos anos anteriores à invasão francesa, por exemplo, ele diz: “*em Lisboa, a rainha Maria flutuava entre uma inteligência lúcida e a total insanidade, com o gordo, indeciso e silencioso D. João esperando para se tornar João VI.*”⁴⁷

De forma oposta, a abordagem das relações anglo-brasileiras feita pelo autor, ressalta os esforços dos brasileiros contrários às negociações do governo brasileiro sobre o fim do tráfico de escravos. Além disso, Manchester descreve como as pressões britânicas acabaram diminuindo o prestígio da Grã-Bretanha entre os brasileiros, que culminou na diminuição gradativa da preeminência política inglesa no Brasil. Mesmo com essa aproximação do autor à primeira perspectiva historiográfica quando ele escreve sobre as relações anglo-lusas, sua obra ainda deve ser considerada como pertencente à segunda perspectiva, pois não há uma preocupação com as relações anglo-lusas por parte dos autores brasileiros apresentados.

Com o processo de independência em 1822, a Grã-Bretanha procurou iniciar relações diplomáticas com o Império Brasileiro. No entanto, o governo de Londres se deparou com alguns impedimentos. O primeiro deles, garantido pela aliança com os portugueses, era o de que a Grã-Bretanha ficava impedida de reconhecer a independência do Império Brasileiro antes do reconhecimento por parte do governo português⁴⁸. Como já explicado, os tratados de Amizade e Aliança requerem de ambas as partes contratantes a garantia de todos os acordos e, entre eles, um impedia que ambas as Coroas apoiassem movimentos sediciosos nos domínios da outra.

Com esse impedimento, Manchester acredita que o governo britânico propôs ao governo do Rio de Janeiro a mediação nas negociações com o governo português acerca do reconhecimento da independência em troca da assinatura de um tratado anglo-brasileiro de Amizade e Comércio, similar ao assinado em 1810⁴⁹. Com o pagamento de uma indenização à Coroa portuguesa acordada entre brasileiros e portugueses, mediada pelo governo britânico, o Império Brasileiro foi reconhecido como independente pelo governo português em agosto de 1825⁵⁰. Reconhecido o Império Brasileiro, a Grã-Bretanha retomou as negociações com o governo do Rio de Janeiro e um tratado de Amizade, Comércio e Navegação foi assinado pelo

⁴⁷ MANCHESTER, Alan K. op., cit., p. 61.

⁴⁸ Esse processo é outro exemplo dos impactos políticos das relações anglo-lusas sobre a política externa britânica.

⁴⁹ MANCHESTER, Alan K., op. cit., p. 165.

⁵⁰ Idem., p. 178.

Imperador do Brasil D. Pedro I e pelo Rei da Grã-Bretanha Jorge IV em 17 de agosto de 1827⁵¹.

Confirmando a continuidade existente entre os dois tratados proposta pela historiografia, a maioria dos artigos acordados tinha o mesmo teor dos artigos dos tratados de 1810, excetuando-se os que se referiam à manutenção da Real Família de Bragança no governo de Portugal. Assim como o tratado de 1810, o de 1827 garantia livre comércio entre os vassallos das duas partes contratantes, que no caso, eram as Coroas brasileira e britânica.

A novidade em relação aos acordos de 1810 foi a garantia da extinção do tráfico internacional de escravos pelo governo brasileiro após o ano de 1830. Manchester explica que o governo da Grã-Bretanha julgou que essa questão precisava ser assegurada nas relações com o Império Brasileiro, pois, de acordo com a convenção de 1817, a prática do tráfico de escravos tornava-se ilegal nas possessões portuguesas ao norte da linha do Equador, região essa responsável por suprir a demanda de escravos do nordeste brasileiro. Segundo os juristas britânicos, mesmo a convenção tendo sido acordada com o governo português, a Grã-Bretanha se via obrigada a impedir o tráfico de escravos nas regiões em que o principal consumidor era o Império Brasileiro.

Manchester afirma que o tratado, em especial no que se referia à abolição do tráfico de escravos, foi duramente criticado pelos proprietários de escravos brasileiros, principalmente os envolvidos com o *Partido* liberal. Contrários ao acordo das cláusulas sobre o tema, os membros desse *Partido* divulgaram uma campanha muito forte em defesa da manutenção do tráfico. O autor mostra como o jornal *Correio Braziliense* teve forte atuação nesse sentido, com a divulgação de inúmeras críticas aos governos brasileiro e britânico. É nessa conjuntura que D. Pedro I abdica do trono brasileiro em favor de seu filho D. Pedro II e o governo passa a ser chefiado pelos liberais moderados durante o período regencial.⁵²

Diferentemente da recepção do tratado de 1810 pelos portugueses, Manchester acredita que os tratados de 1827 foram recebidos pelos escravocratas brasileiros com muitas resistências e críticas, conferindo a ela uma forte participação política nos rumos das relações

⁵¹ Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil, e Jorge IV, Rei da Grã-Bretanha, assinado no Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1827, e ratificado por parte do Brasil na referida data, e pela Grã-Bretanha em 5 de novembro do dito ano. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1827/paz-amizade-comercio-e-navegacao/>. Acesso em: 08/06/2014.

⁵² MANCHESTER, Alan K., op. cit., cap 8.

do governo imperial brasileiro com os britânicos. Segundo o autor, essa aristocracia concentrava-se nas províncias bandeirantes (provavelmente o autor se referia as de Minas Gerais e São Paulo), era tradicionalmente agrícola, proprietária de grandes plantações nas quais trabalhavam muitos escravos e era defensora da monarquia constitucional⁵³. O autor explica que o receio de que o Brasil se dissolvesse em diversas repúblicas como aconteceu com a América Espanhola fez D. Pedro I se aproximar dos partidários do absolutismo e negociar o reconhecimento de seu império com a Grã-Bretanha⁵⁴. Entretanto, o autor ressalta que foram os constitucionalistas que espalharam a imagem de D. Pedro como líder e soberano pelo Brasil, especialmente, nas províncias do norte e nordeste, onde ainda havia grande resistência ao Rio de Janeiro devido a aproximação dessas províncias às Cortes Constituintes de Lisboa⁵⁵. Portanto, a assinatura do tratado de 1827 foi encarada pela aristocracia brasileira como uma traição por parte do imperador⁵⁶.

Nesse sentido, a argumentação do autor apresenta a resistência dos brasileiros às influências da Grã-Bretanha por dois vieses. O primeiro, econômico, concordando com a maior parte dos historiadores brasileiros, era baseado em discursos contrários à abolição do tráfico de escravos. O segundo, político, que representa o avanço metodológico em relação aos historiadores brasileiros, evidenciava os discursos de homens de estado como o do Visconde de Jequitinhonha, por exemplo. Esse senador levava à pauta de discussões do Senado brasileiro diversas críticas à aproximação do Império com os britânicos e fazia parte dos setores sociais favoráveis à diversificação das relações internacionais brasileiras⁵⁷.

A verdade é que, pelo menos no que tange às exportações, a Grã-Bretanha tinha uma parcela muito pequena no comércio brasileiro. Manchester mostra que os norte-americanos e os alemães cresceram exponencialmente suas importações de produtos brasileiros ao longo do século XIX⁵⁸. Isso acabou por criar uma forte concorrência para os britânicos no mercado consumidor brasileiro com a perda de muitos compradores, especialmente nas províncias de Santa Catarina e de São Pedro do Rio Grande do Sul.

⁵³ MANCHESTER, Alan K., p. 224.

⁵⁴ Idem., p. 190.

⁵⁵ BERBEL, Márcia Regina. *Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821-1822)*. IN: MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁵⁶ MANCHESTER, Alan K., op. cit., cap. 8.

⁵⁷ Idem., p. 193.

⁵⁸ Idem., cap. 12.

Tudo isso gerou, portanto, um paradoxo nas relações internacionais brasileiras, já que as relações bilaterais entre o Império e a Grã-Bretanha eram muito superiores em número e intensidade às estabelecidas com outros países importantes para o setor comercial.

Manchester afirma que associado a esse paradoxo, um outro incômodo agitou ainda mais os ânimos dos setores contrários à aproximação com os britânicos. Durante a convenção anglo-lusa de 1817, criaram-se duas comissões mistas para o julgamento dos casos de captura de navios negreiros. Uma situada em Serra Leoa e outra no Rio de Janeiro. De acordo com a convenção, qualquer navio de bandeira portuguesa ou britânica poderia vistoriar qualquer embarcação proveniente das regiões portuguesas ao norte do Equador suspeita de estar vinculada ao tráfico de escravos. Sabe-se, contudo, que a marinha britânica era a principal responsável por essas capturas em razão do maior número de sua esquadra. O incômodo se iniciou quando o governo brasileiro julgou que a existência dessas comissões já não era necessária após o ano de 1830, quando a abolição do tráfico já era reconhecida pelo governo do Rio de Janeiro.

Por seu turno, os britânicos não só foram contrários ao posicionamento do governo brasileiro, como continuaram a vistoriar, capturar e julgar comandantes de embarcações suspeitas até o ano de 1844, quando o prazo dos tratados de 1827 expirou. Manchester explica que a convenção anglo-lusa de 1817 foi considerada insatisfatória para o Foreign Office britânico e que sucessivas tentativas de se acordar uma convenção substituta com o governo brasileiro fracassaram. Esses fracassos podem ser explicados pela forte campanha política, contrária a um novo acordo, feita pelos proprietários de embarcações capturadas pela comissão de Serra Leoa junto ao governo do Rio.

Percebendo que as negociações de novos acordos com o Império Brasileiro fracassariam, especialmente as que se referiam à abolição do tráfico, os britânicos criaram uma lei conhecida como *Aberdeen Act*. Essa lei, aprovada no parlamento da Grã-Bretanha em 1845, autorizava os cruzadores britânicos a capturar qualquer embarcação brasileira suspeita de estar vinculada ao tráfico. Considerada abusiva pelo governo brasileiro, a lei foi acusada de ferir a soberania do Império.

O impasse chegou à beira de um conflito militar entre as duas Coroas no ano de 1850, quando durante a captura de uma embarcação suspeita, o cruzador da Marinha Real Britânica HMS *Cormorant*, invadiu uma enseada e foi atacado pelo forte de Nossa Senhora dos

Prazeres de Paranaguá, em Fortaleza. O governo britânico fez um pedido ao governo do Rio de Janeiro para que impedisse os fortes de atirarem contra a esquadra britânica. Contudo, o ministro do exterior recusou-se afirmando que isso seria reconhecer o direito da Grã-Bretanha de realizar capturas em águas brasileiras⁵⁹.

Para Alan Manchester, essas reações contrárias por parte do Império Brasileiro marcou a diferença das relações anglo-brasileiras em comparação com as relações anglo-lusas, especialmente por que as primeiras foram dotadas de uma forte resistência política aos interesses britânicos. O autor acredita que as pressões britânicas para abolição do tráfico internacional de escravos sobre o Império Brasileiro foram as principais responsáveis pela queda da preeminência política inglesa no Brasil⁶⁰ e pela gradual abolição dos privilégios especiais garantidos à Grã-Bretanha.

A argumentação de Manchester auxilia a compreensão da argumentação da perspectiva historiográfica que relativiza a existência de um desequilíbrio total na balança político-econômica nas relações anglo-brasileiras e incentiva os estudos de história social e política sobre a participação dos brasileiros no desenvolvimento das relações que o Império Brasileiro empreendeu com a Coroa britânica ao longo do século XIX.

As relações anglo-lusas, anglo-brasileiras e as conjunturas de crise do Antigo Regime português e da formação do Estado Nacional brasileiro

Nesta segunda parte do ensaio aproximar-se-á o tema das relações anglo-lusas e anglo-brasileiras às ideias de Nuno Gonçalo Monteiro e Pedro Cardim sobre as conjunturas político-sociais da crise do Antigo Regime português e da formação do Estado Nacional no Império do Brasil.

A parceria de Monteiro e Cardim nos estudos sobre o corpo diplomático português na Europa e na América durante o Antigo Regime resultou em um brilhante trabalho cujas ideias

⁵⁹ MANCHESTER, Alan K., op. cit., p. 221. nota 11.

⁶⁰ Idem. cap. 11.

foram apresentadas em um artigo de autoria dos dois estudiosos em 2005⁶¹. O objetivo desse estudo era entender quais eram os requisitos para se ingressar e se manter na carreira diplomática portuguesa durante o Antigo Regime. Os autores apresentam, entre outros aspectos, as diferentes classificações dos membros da diplomacia e também as regiões com as quais Portugal manteve relações no período compreendido entre 1640 e 1834. Metodologicamente, eles estudaram a carreira diplomática de 237 indivíduos que encabeçaram a diplomacia portuguesa no Ocidente europeu ao longo dos anos que estão compreendidos entre a Restauração e o governo de D. Miguel. Devido ao tamanho do recorte temporal, os autores dividiram a pesquisa em 5 períodos. O primeiro da guerra pós-Restauração de 1640 a 1668, o segundo da regência de D. Pedro II de 1668 a 1706, o terceiro do governo de D. João V de 1706 a 1750, o quarto do período pombalino de 1750 a 1777 e o quinto, que mais interessa ao presente trabalho, o dos anos que se seguiram a 1777 até 1834.

Segundo os autores, Grã-Bretanha, Espanha, França, Santa Sé, Holanda e Áustria foram, nessa ordem, os destinos, quase exclusivos, das principais representações diplomáticas portuguesas até o ano de 1777. Após esse ano, os autores afirmam que houve uma estabilização da carreira diplomática em Portugal, com a qual verificou-se o aparecimento de outros destinos como os Estados Unidos e a Rússia e o aumento do número de indivíduos reincidentes no serviço diplomático. Se até 1777, apenas 14% dos indivíduos fizeram três ou mais serviços, nos anos finais do século XVIII esse número sobe para 28%.⁶² Os autores acreditam que essa estabilização esteve relacionada com as mudanças no recrutamento dos membros do corpo diplomático.

Pertencer à nobreza era um importante fator de recrutamento, especialmente para os cargos mais elevados como o de embaixador. Entretanto, não havia pré-requisitos de instrução, o que permitia o ingresso de membros advindos do exército, da burocracia ou mesmo do clero. D. Domingos de Sousa Coutinho, por exemplo, que atuou como embaixador em Londres durante o reinado de D. João VI, estudou na Universidade de Coimbra com a finalidade de ingressar no clero. Sendo irmão mais novo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o

⁶¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. *La diplomacia portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias*. Cuadernos de Historia Moderna, Departamento de História da Universidade de Nova Lisboa, 30, 7-40, 2005.

⁶² Idem. p. 16.

pai de D. Domingos tinha o objetivo de seguir o costume da nobreza do Antigo Regime e reservar o “*segundón*” para a classe clerical⁶³ investindo em seus estudos.

Gonçalo e Cardim ressaltam em suas pesquisas que apesar da presença de importantes famílias da primeira nobreza na diplomacia, como é o caso dos Sousa Coutinho, uma parcela significativa do corpo diplomático português, inclusive sua cúpula, era formado por indivíduos advindos de camadas sociais mais baixas como é o caso do Marquês de Pombal, pertencente a uma família de segunda nobreza⁶⁴. Esse fenômeno verificado no corpo diplomático português de recrutamento de indivíduos pertencentes a outros setores da sociedade como o clero, ou mesmo o recrutamento de indivíduos não pertencentes à nobreza, é explicado por Cardim como sendo um dos aspectos da conjuntura da crise do Antigo Regime em Portugal.

Segundo Cardim, o período final do século XVIII foi marcado por uma tentativa de centralização política por parte da monarquia portuguesa. O aumento do controle burocrático e dos meios que promoviam a cultura, como o ensino da língua portuguesa, por exemplo, fizeram parte do objetivo da monarquia de se firmar como protagonista no cenário político do Antigo Regime. Esse movimento, que teve como características a expansão do funcionalismo público e a criação de diversas secretarias de Estado tentou transferir o centro de poder decisório para a administração central do Império Luso-Brasileiro⁶⁵.

Cardim chama à atenção para o fato de que esse incentivo à centralização política ocorreu em meio a uma conjuntura político-social de Antigo Regime, na qual as relações entre o poder central e a periferia eram bastante reduzidas. Isso por que durante o Antigo Regime, diferentemente do que acontece em uma conjuntura estatal, o poder decisório era baseado em uma hierarquização de soberanias que se relacionavam de acordo com o poder que tinham. Não é possível interpretar a categoria de soberania de então da mesma forma como se interpreta hoje. O conceito de soberania durante o século XVIII era muito mais plural, sendo possível dizer que existiam várias “soberanias” menores dentro do Império Luso-Brasileiro

⁶³ CARVALHO, Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de. *D. Domingos de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2012. p. 24.

⁶⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro., op. cit., p. 26.

⁶⁵ CARDIM, Pedro. *Centralização política e estado na recente historiografia sobre Portugal do Antigo Regime*. Nação e Defesa, Universidade Nova de Lisboa, número 87, 2ª série, 129-158, 1998.

que se organizavam de forma hierárquica e destacavam regiões e grupos sociais em detrimento de outros⁶⁶.

Essas soberanias se baseavam em uma extensa rede de relacionamentos assentados em trocas de mercês, seja entre o rei e a primeira nobreza, seja entre uma camada poderosa de senhores de escravos e uma camada intermediária. Isso significa dizer que essa rede se configurava em todos os níveis da sociedade. Nessa rede, as relações se desenvolviam de acordo com as leis naturais ou ordem natural, na qual cada homem tinha sua posição política e social definida pelo nascimento⁶⁷. Nessa sociedade de Antigo Regime a mobilidade político-social era bastante restrita e cabia ao rei um papel similar ao de um juiz, que julga os acontecimentos a fim de manter e restaurar a ordem. O rei devia ser mantenedor da ordem natural e garantir aos seus vassallos o lugar a que pertenciam naturalmente. Em outras palavras, cabia ao rei, durante o Antigo Regime, a manutenção da estrutura da sociedade corporativa típica do próprio Antigo Regime. Nessa conjuntura, ficava impedida à administração central, o poder decisório sobre assuntos regionais, como tributações, por exemplo. As câmaras municipais gozavam de uma significativa autonomia política nesse sentido, o que conferia um afastamento entre o centro e a periferia do Império Luso-Brasileiro⁶⁸.

Cardim acredita que quando a monarquia tentou se tornar protagonista no cenário político em meio a essa conjuntura, inicia-se uma gradual desestruturação de todas essas relações baseadas na ordem natural e, por consequência, o desenvolvimento de uma crise do Antigo Regime português. O autor ainda ressalva que esse movimento político não tem relação com o aparecimento do Estado, já que a monarquia não conseguiu atingir seu objetivo de diminuir o poder dessas redes de relacionamentos e manter o controle homogêneo sobre seus domínios, o que é uma característica do poder estatal⁶⁹. Com isso ele reafirma sua tese de que a tentativa de centralização do poder decisório em Portugal teve relação com a gradual desestruturação da política e da sociedade do Antigo Regime português.

⁶⁶ CARDIM, Pedro., op. cit., p. 151.

⁶⁷ VIANA, Alexandre Martins. *Sobre a relação entre Rei, Lei e Parlamento no Antigo Regime*. Revista Espaço Acadêmico, número 112, 67-75, setembro de 2010.

⁶⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *As câmaras municipais e o poder local: Vila Rica –um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa*. Tempo, número 27, 17-33, junho de 2009. p. 28.

⁶⁹ CARDIM, Pedro., op. cit., p. 141.

Diante do que foi exposto, as ideias de István Jancsó sobre a modelagem de significados políticos assumidos pela crise do Antigo Regime português na América e a formação do Estado Nacional brasileiro são fundamentais, a nosso ver, para complementar os trabalhos de Nuno Monteiro e Pedro Cardim. Para Jancsó, ao contrário de Portugal, em que se verificam poucas mudanças estruturais, os “Brasis” se caracterizavam pela subversão da ordem natural, que permitia a criação de novidades em relação ao reino⁷⁰. Em outras palavras, Jancsó acredita a crise do Antigo Regime em Portugal esteve relacionada às recriações políticas empreendidas pelas diferentes realidades coloniais, incluindo-se aí as oriundas da América portuguesa⁷¹.

Para se retornar ao pensamento de Cardim, uma dessas recriações possíveis de ser identificada na América portuguesa esteve ligada à formação do Estado Nacional no Império Brasileiro. Cardim acredita que o Estado português só se formou de forma sólida após os anos de 1832 a 1835, quando ele afirma que a revolução liberal se efetivou em Portugal⁷². Para o autor, só após esse período que a centralização administrativa, outrora tentada pela monarquia, foi eficiente. Esse destaque dado pelo autor à participação do Liberalismo na formação do Estado tem relação com as mudanças de pensamento promovidas por seus partidários. A razão individual mostrava que a República (a coisa pública) não era criação divina, tampouco baseada em uma ordem natural, mas sim uma invenção humana, sendo passível de ser modificada com o fim de se atender o bem-estar geral. Cardim explica que o Liberalismo distanciou as ideias de direito público, que deveria caber ao Estado, das do direito privado, que deveria ser garantido à sociedade⁷³. O Estado nasce, portanto, de uma visão mais “técnica” da política e requeria um aumento da burocratização e da institucionalização de sua máquina administrativa.

É perceptível, então, que essa estatização ocorreu mais eficientemente em Portugal já após a independência do Reino do Brasil. Essa percepção associada a consideração da ideia de que os “Brasis” caracterizaram-se por recriações das ideias da metrópole, torna possível o

⁷⁰ JANCÓSÓ, István. *Brasil e brasileiros – notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime português na América*. Estudos Avançados, número 22, 257-274, 2008., p. 260.

⁷¹ _____. *A construção dos Estados Nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do império como projeto*. IN: SZMRECSÁNYI, Tamas; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). *História econômica da independência e do Império*. 2. Ed. São Paulo: Hucitec; Edusp; Imprensa Oficial, 2002.

⁷² CARDIM, Pedro., op. cit., p. 152.

⁷³ Idem. p. 153.

pensamento de que, ainda que não se trate da instalação do Estado Moderno no Brasil⁷⁴, a vinda da corte portuguesa em 1808 incentivou um processo de recriação estatal na América portuguesa. Fátima Gouvêa, por exemplo, explica que a instalação de algumas instituições jurídico-administrativas no Rio de Janeiro, como a Intendência-Geral da Polícia da Corte, tinha por objetivos ampliar e complexificar mecanismos de governabilidade na nova sede⁷⁵. Com isso, pode-se pensar que a partir de 1808, quando o incentivo à centralização da administração portuguesa atinge seu ápice, a estrutura estatal luso-brasileira, agora instalada no Centro-Sul do Brasil, passa por um processo de reformulação que, possivelmente, influenciou diretamente as relações empreendidas com a Grã-Bretanha a partir de então. É possível ainda pensar que essa tendência se acentua ainda mais durante a formação do Estado Nacional no Império Brasileiro, que segundo muitos autores ocorre a partir da segunda metade do século XIX⁷⁶.

Esses apontamentos sobre a crise do Antigo Regime em Portugal e sobre a formação do aparato estatal brasileiro são fundamentais para se compreender as diversas diferenças existentes entre as relações anglo-lusas e anglo-brasileiras. Essas diferenças podem auxiliar, por exemplo, os estudos das reações contrárias da aristocracia brasileira às pressões britânicas para à abolição do tráfico internacional de escravos.

Se aproximarmos essas resistências apontadas por Alan Manchester às ideias de Cardim de que o Liberalismo distanciou o direito público do privado, é possível formular a hipótese de que a aristocracia brasileira julgou que tais pressões invadiam seu direito privado de manter o tráfico de escravos, levando-a a apelar para negociações diplomáticas mediadas pelo governo do Rio, detentor do direito público. É importante lembrar que Manchester acredita que essa aristocracia chefou o governo brasileiro após a abdicação de D. Pedro I em 1831 e, portanto, pode-se pensar que a manutenção do tráfico internacional foi promovida pelo

⁷⁴ Maria Odila Leite da Silva Dias ressalva que a transferência da corte significou a interiorização da metrópole portuguesa no Centro-Sul do Brasil e que, por consequência, o Estado Nacional brasileiro só se consolida a partir da década de 1840. Sobre o assunto ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

⁷⁵ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império Luso-Brasileiro*. IN: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005., p. 741.

⁷⁶ Sobre a formação do Estado imperial e da nação brasileira na segunda metade do século XIX, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. IN: HOLANDA, S. B. de (org). *História Geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1970. Ver também: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981; e: CARVALHO, J. M. De. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

próprio Estado imperial, evidenciando a importância da questão escravista para a conjuntura político-social de então.

Portanto, pode-se compreender as diferenças das relações desenvolvidas pelos portugueses e pelos brasileiros com os britânicos por meio do estudo das diferentes conjunturas político-sociais nas quais se encontravam o Império Luso-Brasileiro e o Império Brasileiro nos últimos anos do século XVIII e nas primeiras primeiras décadas do século XIX. Sendo assim, pode-se afirmar que, se por um lado, as relações anglo-lusas foram marcadas por diplomacias que se pautavam em aspectos da conjuntura de crise do Antigo Regime português; por outro, as relações anglo-brasileiras foram marcadas por diplomacias que se pautavam em aspectos provenientes de uma conjuntura de reformulação do aparato estatal Luso-Brasileiro em um processo que se estende até a formação do Estado Nacional no Império do Brasil, na qual o Liberalismo teve um relativo papel de mediador e incentivador⁷⁷.

É importante destacar que essas diferenças conjunturais não devem ser hierarquizadas em hipótese alguma. Isso significa dizer que não se pode pensar as relações anglo-brasileiras como um avanço ou um retrocesso em relação às relações anglo-lusas. Uma argumentação baseada nesses pensamentos, além de cometer erros relacionados ao anacronismo e ao etnocentrismo, prejudica o desenvolvimento metodológico das pesquisas sobre o tema. As relações anglo-lusas e anglo-brasileiras precisam ser estudadas, a princípio, a partir de suas individualidades conjunturais para só então serem analisadas sob uma metodologia comparativa.

Considerações finais

José Jobson de Andrade Arruda tem por título de um dos sub-capítulos de seu livro sobre a abertura dos portos a frase: “Da mãe pobre à madrasta rica”⁷⁸. Esse termo “madrasta”,

⁷⁷ Faz-se necessário ressaltar que não se pode conferir às relações do Império Luso-Brasileiro com a Grã-Bretanha a responsabilidade pela dissolução do sistema colonial luso-brasileiro. Ver: PEDREIRA, Jorge Miguel. *Economia e política na explicação da independência do Brasil*. IN: MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006., p. 63.

⁷⁸ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru, SP: EDUSC, 2008., p. 99.

associado à Grã-Bretanha, foi originalmente apresentado por Alan Manchester⁷⁹ que atribuiu a ele um sentido bastante diverso do estabelecido por Arruda. Manchester utilizou o termo para caracterizar as relações anglo-lusas, nas quais a Grã-Bretanha mantinha um papel similar ao de uma madrasta. Madrasta essa daquelas bastante romantizadas que fizeram inúmeras obras literárias nos ensinar, desde a infância, a se solidarizar com a situação da pobre *gatta cenerentola* (“a gata borralheira”). Mas como já verificado, Manchester também mostra os apuros que essa madrasta passou com o seu “enteado brasileiro”, que cansado de ser “a gata borralheira”, se mostrou um adolescente bastante rebelde.

O capítulo de Arruda, em contraposição, sugere que a abertura dos portos do Brasil às nações amigas de Portugal foi responsável pela garantia da extensão do protetorado britânico ao Império do Brasil. Nesse caso, os “brasis” deixaram de ser filhos da pobre Coroa portuguesa para se tornarem enteados da rica Coroa britânica. Portanto, o sentido intentado por Arruda e por todos os seus colegas da teoria da dependência se aproxima da ideia de um processo simples de mudança metropolitana da América portuguesa, que apesar de independente politicamente de sua mãe pátria, tornou-se uma colônia comercial britânica.

Isso deixa claro como é impossível resumir décadas de história de negociações diplomáticas entre dois ou mais governos a um mero jogo de manipulação por parte de um deles. Apesar de serem antigos, os discursos que exaltam a existência de um ente exterior superior são comuns no Brasil. A Grã-Bretanha, soberana dos mares durante o século XIX, forçou a fraca monarquia portuguesa a embarcar rumo ao Brasil. A França, soberana das guerras na Europa, forçou a fuga do rei medroso, fundador do Brasil. Conviver com esses discursos tornou-se comum e como todo discurso comum eles escondem muitos aspectos cujos estudos podem gerar trabalhos muito interessantes.

Este ensaio apresentou perspectivas historiográficas sobre o tema das relações anglo-lusas e anglo-brasileiras. Percebeu-se que algumas delas adotaram o discurso corrente completamente, outras nem tanto. Mas perceber a existência dessas diferentes perspectivas mostraram que no fundo trata-se de um debate político. Alguns exaltam a superioridade britânica em relação aos portugueses e brasileiros, outros exaltam a forte resistência por parte dos brasileiros, mas não conferem o mesmo aos portugueses. Há ainda os que acreditam que D. João VI era indeciso, outros acreditam que o príncipe era astuto. Afinal, em meio a tantos

⁷⁹ MANCHESTER, Alan K., op. cit., p. 93.

discursos opostos, porquê alguns se tornam comuns e outros são relegados ao esquecimento? Qual a intenção existente por trás do discurso de que os brasileiros foram manipulados por uma poderosa Grã-Bretanha? Porquê os autores que acreditam nisso são em sua maioria autores brasileiros? Porquê um norte-americano “defende” a atuação dos brasileiros nas relações com a Grã-Bretanha em pleno pós-crise de 1929? Qual a intenção existente por trás do discurso de que a fraqueza dos portugueses levaram ao Brasil a desgraça de se tornar uma “colônia britânica”? E porquê ser uma “colônia britânica” seria uma desgraça? Ou, para se lembrar dos setores anglófilos, porquê se aliar aos britânicos seria algo desejável? Essas perguntas não são muito difíceis de serem respondidas quando se pensa em uma palavra, que apesar de pequena, tem um imenso significado: política.

Se este ensaio conseguir levar o leitor a refletir sobre essas questões e relacioná-las com os interesses políticos desses discursos, pode-se considerar que os objetivos deste trabalho foram alcançados. Também pode-se considerar como objetivo alcançado se este ensaio conseguir mostrar o novo caminho para os estudos sobre o tema das relações anglo-lusas e anglo-brasileiras, que deve partir do princípio de que interesses econômicos existiram conjuntamente com interesses políticos e que representavam as intenções de todas as partes envolvidas. Os portugueses, os brasileiros e os britânicos devem ter seus interesses de aliança estudados de forma equânime, sem nenhum tipo de abordagem que desequilibre irresponsavelmente o peso das forças político-econômicas de cada uma das partes.

Assim como se deve relativizar a ideia de que a Grã-Bretanha manipulou eficientemente as relações empreendidas com os portugueses e com os brasileiros, deve-se fazer o mesmo sempre que um discurso similar a esse se articular, seja escrita ou oralmente. A história não se constitui da mesma forma com a qual a historiografia ou a literatura se constituem. A historiografia sempre apresenta a história através de seu próprio prisma interpretativo. Como nos lembra Roger Chartier, os escritos e dizeres acerca de determinado tema nunca estão desprovidos de intenções por parte de seus enunciadores, tampouco dos suportes em que são vinculados⁸⁰. E isso não é um problema. O problema surge quando os locutores, destinatários desses discursos, não tem consciência disso.

⁸⁰ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, 11(5), 173-191, 1991.

Referências:

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império; questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru: Edusc, 2008.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003.

BERBEL, Márcia Regina. *Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821-1822)*. IN: MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARDIM, Pedro. *Centralização política e estado na recente historiografia sobre Portugal do Antigo Regime*. Nação e Defesa, Universidade Nova de Lisboa, número 87, 2ª série, 129-158, 1998.

CARVALHO, Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de. *D. Domingos de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, 11 (5), 173-191, 1991.

COSTA, Wilma Peres. *A independência na historiografia brasileira*. IN: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

- FALCON, Francisco José Calazans. *O Império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a época pombalina e a sombra do Tratado de Methuen*. Nova Economia, Belo Horizonte, 15 (2), 11-34, maio-agosto de 2005.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 77.
- FLORENTINO, Manolo. *Uma lógica demográfica elástica: o abolicionismo britânico e a plantation escravista no Brasil (1789-1850)*. História crítica, Bogotá, número 47, 139-159, maio-agosto de 2012.
- FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil, influência da diplomacia inglesa na formação brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/george-canning-e-o-brasil-1-v/preambulo/5/texto>. Acesso em: 4 de junho de 2014.
- FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1948.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *As câmaras municipais e o poder local: Vila Rica – um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa*. Tempo, número 27, 17-33, junho de 2009.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX*. História da Historiografia, Ouro Preto, número 10, 32-53, dezembro de 2012.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império Luso-Brasileiro*. IN: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.
- HABER, Stephen H; KLEIN, Herbert S. Trad. Cláudio Marcondes. *As consequências econômicas da independência brasileira*. Novos Estudos, número 33, 236-248, julho de 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. IN: HOLANDA, S. B. de (org). *História Geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1970.

- JANCSÓ, István. *A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do império como projeto*. IN: SZMRECSÁNYI, Tamas; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs). *História econômica da independência e do Império*. 2. Ed. São Paulo: Hucitec; Edusp; Imprensa Oficial, 2002.
- _____. *Brasil e brasileiros – notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime português na América*. Estudos Avançados, número 22, 257-274, 2008.
- KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- KRAAY, Hendrick. *A visão estrangeira: a Independência do Brasil (1780-1850) na historiografia europeia e norte-americana*. IN: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec : Fapesp, 2005.
- LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MALERBA, Jurandir. *Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (1980-2002)*. IN: MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. *La diplomacia portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias*. Cuadernos de Historia Moderna, Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa, número 30, 7-40, 2005.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PAIM, Antônio. *A Corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho*. Estudos Filosóficos, DFIME – UFSJ – São João Del-Rei-MG, número 3, 266-269, 2009.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. *Economia e política na explicação da independência do Brasil*. IN: MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O Tratado de Methuen: Domínio inglês em Portugal*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, nº 2, 1957.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Unesp, 1999.

VIANA, Alexandre Martins. *Sobre a relação entre Rei, Lei e Parlamento no Antigo Regime*. Revista Espaço Acadêmico, número 112, 67-75, setembro de 2010.

Fontes primárias

Artigos adicionais à Convenção adicional ao tratado entre D. João, príncipe regente de Portugal e o Rei Jorge III, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4615338>. Acesso em: 08/06/2014.

Ratificação por Jorge III, Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, do tratado de Amizade e Aliança com o Príncipe Regente de Portugal. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4336032>. Acesso em: 04/06/2014.

Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil, e Jorge IV, Rei da Grã-Bretanha, assinado no Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1827, e ratificado por parte do Brasil na referida data, e pela Grã-Bretanha em 5 de novembro do dito ano. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1827/paz-amizade-comercio-e-navegacao/>. Acesso em: 08/06/2014.

Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, em quarenta e um artigos, entre D. Maria I, rainha de Portugal e Catarina II, imperatriz da Rússia. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4637458>. Acesso em: 08/06/2014.